



# PROCESSOS DE LETRAMENTO CONTRIBUINDO PARA LUTAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Isac dos Santos Lopes<sup>1</sup>

<sup>1</sup>UFVJM/LEC, [isacлотos@gmail.com](mailto:isacлотos@gmail.com)

**Resumo:** O presente texto pretende estudar como processos de letramento têm contribuído com membros de comunidades quilombolas, sobretudo para promover ocupação de diferentes espaços na luta dessas comunidades por conquista, aprimoramento e preservação dos seus direitos. Para tanto, utilizou-se de investigação bibliográfica sobre os temas e de observação em comunidades quilombolas e em diversos espaços em que se dão as lutas desses povos.

**Palavras-chave:** Comunidades quilombolas, letramento, luta por direitos, alfabetização, organização.

## 1. Introdução

As comunidades quilombolas brasileiras têm procurado formas de se organizar e lutar pelos seus direitos nos diversos territórios onde estão presentes. Durante séculos, esses povos têm enfrentado diversas violações de seus direitos, desde sua captura em território africano para a exploração de sua força de trabalho, até atos de depreciação pessoal devido ao preconceito pela raça e pela cor. Tem sido uma longa história de construção de estratégias para a luta e sobrevivência desses grupos, até chegar nas comunidades quilombolas que temos hoje.

Embora tantos anos tenham-se passado, as lutas desses povos não param, pelo contrário, após alguns avanços rumo ao reconhecimento e garantia de direitos dos quilombolas, novos ataques têm acontecido a esses povos em todo o Brasil. Isso leva as comunidades a desenvolverem novas estratégias de resistência, de se reinventarem e se redescobrirem, mas com o desafio de manterem peculiaridades de suas culturas e modos de vida, parte de seus direitos.

No mundo atual, não só a alfabetização, mas o letramento é importantíssimo em vários campos. As comunidades quilombolas têm passado por alguns processos de letramento em alguns aspectos, nas diferentes necessidades sociais do uso da leitura da escrita. Isso tem sido uma necessidade para atuar em alguns campos que, aparentemente, são novos para esses sujeitos e, muitas vezes, precisam estar se apropriar desses espaços de



batalha e, para tanto, do uso que fazem da língua, dos sentidos e significados que compartilham.

O que tentaremos entender, neste texto, é como o letramento tem auxiliado esses povos em suas lutas por direitos e como esse fenômeno está acontecendo em algumas comunidades quilombolas da região leste do estado de Minas Gerais. Para tanto, iniciamos com uma breve análise teórica do tema, seguimos com uma exposição sobre as comunidades e a manifestação notada do letramento nesses contextos. Ao fim, pretendemos apresentar algumas considerações finais

## **2. Reflexão teórica.**

Ao pensarmos em letramento, é necessário assumir que é um termo para o qual existem vários entendimentos. Além de existirem vários entendimentos, devemos levar em conta, também, que esses entendimentos sobre o letramento costumam estar em disputa. Seja dentro das instituições educacionais, seja fora delas. Basicamente, onde se discute o tema, é possível notar, em algum nível, a batalha para se definir o conceito mais aceito.

É comum que, ao se perguntar sobre letramento, se ouça sobre alfabetização, tanto entre educadores, quanto entre pessoas que se declaram leigas sobre os assuntos da educação. A maioria das pessoas não ligadas diretamente à educação, que foram questionadas sobre o letramento, durante o estudo, primeiro contam que o termo não lhes é familiar. Quando são estimuladas a falar, de que imaginam se tratar o termo, costumam ligá-lo a definições da alfabetização. A esse respeito, Soares contribui conosco ao mostrar que a origem do termo letramento traz forte relação com a alfabetização ao dizer,

(...) devido ao fato de o conceito de letramento ter sua origem em uma ampliação do conceito de alfabetização, esses dois processos têm sido frequentemente confundidos e até mesmo fundidos. Pode-se admitir que, no plano conceitual, talvez a distinção entre alfabetização e letramento não fosse necessária, bastando que se ressignificasse o conceito de alfabetização (como sugeriu Emilia Ferreiro em recente entrevista concedida à revista Nova Escola, n. 162, maio 2003); no plano pedagógico, porém, a distinção torna-se conveniente, embora também seja imperativamente conveniente que, ainda que distintos, os dois processos sejam reconhecidos como indissociáveis e interdependentes. (SOARES, 2004, p. 97).

Assim, ela esclarece que os termos não são estranhos entre si, mas que precisamos ter a noção de que são diferentes; no entanto, são complementares.



A autora também faz distinção entre letramento e alfabetização que ajuda muito no debate. Ela aponta a alfabetização como uma ação um pouco mais simples que o letramento:

(...) por um lado, é necessário reconhecer que a alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita, distingue-se do letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também, de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica porque é conveniente a distinção entre esses dois processos. (SOARES, 2004 p. 97).

Nessa perspectiva, podemos encarar a alfabetização como uma base para o letramento. É importante também ressaltar que essa perspectiva é uma entre outras e que é possível também imaginarmos que na medida em que o sujeito avança na alfabetização, pode ser mais fácil para que avance também no letramento.

Entrando especificamente na discussão sobre letramento, Kleiman (2007) diz que o letramento tem como objetivo para a educação os aspectos sociais da língua escrita. E diz ainda que se assumirmos o letramento como objetivo na educação, precisamos trabalhar também a alfabetização com essa concepção social da escrita. Dessa forma, poderíamos proporcionar letramentos a partir da alfabetização.

Ainda na discussão sobre o conceito de letramento, Soares (1998) relata que a discussão do termo se dá em um processo que alguns nomeiam de letramento funcional e outros em letramento adequado e que, assim, precisamos considerar a existência desses diferentes enfoques. Nesse debate, Soares adota um conceito amplo de letramento, que envolve vários fatores que variam diante de conhecimentos e habilidades individuais ou sociais e competências, além de outros fatores. Já Martins completa:

O letramento tem como objetivo de reflexão, de ensino, ou de aprendizagem, os aspectos sociais da língua escrita. Assumir como objetivo o letramento no contexto do ciclo escolar implica adotar na alfabetização uma concepção social da escrita, em contraste com uma concepção tradicional que considera a aprendizagem da leitura e produção textual como a aprendizagem de habilidades individuais. (MARTINS. 2003 p.1).

Assim, a autora nos ajuda a entender que, ao falar de letramento, estamos falando de um processo que pode envolver diversas habilidades e situações diferentes de aprendizagem. Ou seja, não necessariamente, apenas de leitura ou de escrita.



### 3.0 Da reflexão à proposta prática

Quanto ao entendimento de comunidades quilombolas, também existem discussões a respeito, tais discussões também envolvem disputas em vários sentidos, sobretudo no que se refere aos direitos desses povos. Santos, colabora com a discussão dizendo que,

O recente conceito de quilombos que é desenvolvido no Brasil, sobretudo, nos estudos antropológicos, discorre sobre a luta política em torno das reivindicações das comunidades que se inserem no perfil de remanescente de quilombo. Essa causa tem movido diversos movimentos sociais, no campo, que se baseiam na seguridade do direito da terra determinado através da constituição de 1988.<sup>31</sup> Ao tomar como base a vigência da lei estabelecida constitucionalmente e novas discussões teóricas dos quilombos, a Fundação Palmares catalogou e reconheceu diversas comunidades no Brasil.

Na legislação brasileira atual, o conceito de comunidade quilombola é estabelecido através critério do autorreconhecimento coletivo. Esta condição foi estabelecida, na legislação federal em novembro de 2003, através do Decreto nº 4.887. Depois da criação deste artigo, o conceito de quilombos do Brasil entrou na pauta de um projeto intelectual tenso e contraditório, uma vez que este pode estar a serviço dos interesses dominantes, mas para outros ele renasce com uma expressão teórica de movimentos revolucionários (SANTOS, 2009).

Logo, entendemos que a identificação das comunidades quilombolas, ou, remanescentes de quilombo, passa por uma questão de identidade e de autorreconhecimento. Também entendemos que esses povos estão envolvidos em lutas políticas pelos seus direitos.

As disputas vividas pelas comunidades quilombolas passam tanto por um processo de resistência física nos territórios, como por batalhas no espaço organizacional, nos espaços de legislação, em espaços de educação, nas mídias de pequena e de grande veiculação. Ou seja, são batalhas que envolvem diversos campos.

Uma das estratégias de luta dessas comunidades tem sido a organização de associações quilombolas em nível local. Uma vez organizados em associações, os quilombolas participam de conselhos municipais, regionais, ou em outros níveis territoriais, participam de federações de nível estadual, coordenação de nível nacional. Para esse tipo de organização, os sujeitos precisam se letrar em diversas tecnologias do uso da escrita como, por exemplo, na construção de atas de reuniões enquanto gênero textual e do aparato tecnológico que demandam um processo de dedicação para o aprendizado. Da mesma forma, para a participação em conselhos, câmaras técnicas, grupos de trabalho, fóruns e outros espaços, esses sujeitos também precisam dominar outras tecnologias, como o diálogo por grupos de WhatsApp, a troca de e-mails, o preenchimento de documentos compartilhados em diferentes plataformas na internet, o uso do microfone no



momento dos pronunciamentos, a inscrição para fala (que pode ser física, ou em alguns espaços precisa ser antecipada via internet) por exemplo.

Na associação quilombola da comunidade do Suaçuí, em Coluna/MG, as pautas das reuniões são montadas anteriormente por um grupo de WhatsApp que reúne membros da diretoria. Esse mesmo fenômeno é observado na Federação Estadual de Quilombolas de Minas Gerais. Para conseguirem realizar isso, na comunidade do Suaçuí, alguns membros da diretoria tiveram um longo tempo para se adaptar, e ainda é necessário realizar de trocas de experiências entre os membros para aprimorar entendimento.

Outro campo em que as comunidades quilombolas têm buscado ocupar espaço, como uma estratégia para divulgar sua cultura e identidade, defender seus pontos de vista em relação aos seus direitos e manter registro de suas manifestações são as plataformas de hospedagem de vídeos, como o Youtube. O simples ato de adicionar ao site um pequeno vídeo que mostra um desfile de foliões, ou um grupo de caboclos, ou congada, pode exigir dos membros dessas comunidades um conjunto de conhecimentos dos quais eles não dispunham há pouco tempo. Para adquirirem letramento nessas tecnologias, os sujeitos dessas comunidades têm se utilizado de diferentes estratégias. Entre elas, temos visto a troca de experiências entre os mais letrados nessa área e os mais leigos. Outra estratégia que temos visto é um processo de buscarem, no próprio site, alguns canais que se dedicam a ensinar as pessoas a utilizarem as ferramentas da plataforma, bem como a produzir os conteúdos e os compartilharem em outras plataformas para promover o acesso e conhecimento de outros internautas.

No que se refere à busca por melhoria de vida para os moradores das comunidades quilombolas, um nível de organização também é necessário nas associações, essas organizações têm buscado disputar editais para aprovar projetos e trazer verbas para promover o desenvolvimento em suas comunidades. Na maioria dos casos, essas comunidades têm buscado desenvolvimento que leve em conta a preservação da identidade cultural e a preservação do meio ambiente, visto que uma forte característica desses grupos é a íntima relação com a natureza.

Para a disputa por recursos em editais é exigido um grande preparo para se escrever projetos. Aqui também vemos que as comunidades têm conseguido se letrar na área de escrita e gestão de projetos e, com isso, têm alcançado mais sucesso e realizado iniciativas importantíssimas para seus pares.



Esse preparo envolve domínio de computadores e celulares, de programas de texto, capacidade de ler e interpretar os editais, de preencher formulários que às vezes devem ser preenchidos on-line na própria plataforma do edital, às vezes devem ser enviados via e-mail e às vezes devem ser enviados via correio. Também se exige, na luta por esse tipo de recurso, capacidade de planejamento e construção de tabelas, entre outras habilidades. Aqui também temos acompanhado capacitações online e encontros com diferentes lideranças para troca de experiências que têm feito a diferença.

#### **4. Considerações finais.**

Todo o exposto nos mostra que as comunidades quilombolas têm passado, desde o início de sua luta, há séculos, por constantes aperfeiçoamentos em suas estratégias de resistência. Atualmente, estão batalhando em campos que exigem um conjunto de conhecimentos e habilidades que levam em conta não apenas competências proporcionadas pela alfabetização, mas o domínio do uso da palavra em diferentes espaços de negociação, com diferentes tecnologias.

Nesse sentido, os diferentes letramentos têm contribuído para as lutas dessas comunidades. A capacidade de fazer adequados usos sociais da língua nesses diferentes campos de enfrentamento é decisiva para lograr êxito nos propósitos que estão ligados com o objetivo de lutar pela criação, manutenção e aprimoramento de direitos, como também de desenvolver melhorias em suas vidas nas comunidades.

Assim, nota-se que, é necessário proporcionar condições para que os sujeitos membros de comunidades quilombolas tenham mais acesso a processos de letramento.

#### **Referências.**

KLEIMAN, Angela B. **O conceito de letramento e suas implicações para a alfabetização.** Campinas: UNICAMP, 2007.

MARTINS, Helouise. **Alfabetização e letramento.** 2003. Disponível em <[static.recantodasletras.com.br/arquivos/3156524.pdf](http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/3156524.pdf)>. Acesso em 08/11/2019.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Território e identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia.** Terra livre, São Paulo, 2009.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 1998.